

Com base frágil, governo Lula libera valor recorde de emendas em 1 mês

Em julho, gestão petista destinou R\$ 11,8 bi a Estados e municípios via parlamentares; repasses, no entanto, não garantem ao Planalto um bloco sólido de apoio no Congresso

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

Luiz Inácio Lula da Silva se tornou o presidente que mais liberou emendas parlamentares em um único mês na história. O recorde foi batido em julho, quando o governo destinou R\$ 11,8 bilhões para Estados e municípios por indicação de deputados e senadores. Em nenhum período anterior houve uma liberação nesse montante em 30 dias, conforme levantamento da Associação Contas Abertas com dados do Siga Brasil, sistema do Senado Federal aos quais o Estadão teve acesso. O governo é obrigado a destinar os recursos obedecendo a escolha do parlamentar, mas o momento da liberação fica sob controle do Executivo.

“Cada vez que o Legislativo amplia sua ação sobre o Orçamento, estamos piorando a qualidade do gasto porque deixa de ser um gasto elaborado mais tecnicamente”
Gil Castello Branco
Diretor-geral da Associação Contas Abertas

No mesmo mês em que bateu o recorde de emendas, o Executivo bloqueou recursos da educação básica, da alfabetização de crianças, do Auxílio Gás e da Farmácia Popular. Ou seja, blindou o dinheiro de maior interesse dos parlamentares e cortou em outras áreas. O que explica o valor recorde? As emendas crescem ano a ano. Por trás da liberação bilionária, está uma fatura da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada em dezembro, antes de Lula tomar posse, mas negociada pela equipe do petista na transição. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de extinguir no final do ano passado o orçamento secreto – revelado pelo Estadão em 2021 –, parte do dinheiro turbinou as emendas individuais, aquelas indicadas por cada deputado e senador.

PIX. A manobra provocou o aumento de outro tipo de recur-

so, ainda mais nebuloso, as chamadas emendas Pix. De toda a liberação que ocorreu em julho, R\$ 6,4 bilhões dizem respeito a esse tipo de transferência. As verbas foram destinadas durante a votação da reforma tributária na Câmara.

O dinheiro da emenda Pix não fica carimbado para nenhuma despesa específica e não há fiscalização nem prestação de contas. Na prática, a sociedade brasileira não sabe onde vai ser gasta a maior parte das emendas liberadas pelo Poder Executivo no último mês e o dinheiro é aplicado sem justificativa técnica. O prefeito, por exemplo, pode usar o dinheiro para construir uma praça sendo que a cidade precisa de escola. Além disso, vários parlamentares privilegiam prefeitos do mesmo partido e parentes.

Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo, foi a cidade que mais recebeu emenda Pix nos últimos três anos. A prefeitura pagou mais caro por asfalto, reforma de praça e até na compra de carrossel de brinquedo, enquanto deixou cinco escolas com obras paradas, conforme mostrou o Estadão.

Durante a campanha, Lula atacou frequentemente o orçamento secreto criado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a falta de transparência no encaminhamento do dinheiro a parlamentares. Após ser eleito, o petista afirmou que emendas não deveriam ser “secretas”.

“Todo mundo sabe o que eu penso de emenda parlamentar. Eu fui deputado constituinte e eu sempre achei a emenda do deputado é importante, o que não precisa é ser secreta”, afirmou em dezembro, durante coletiva em que anunciou os primeiros ministros que ocupariam cargos em seu governo.

Nos bastidores do Congresso, o recado passado para Lula é o seguinte: as emendas são tidas como “propriedade” dos parlamentares por serem “impositivas”. Então, o Executivo é pressionado a liberar o quanto antes. Só a partir daí é que o Centrão se dispõe a negociar uma agenda de propostas e votar projetos de interesse do Palácio do Planalto.

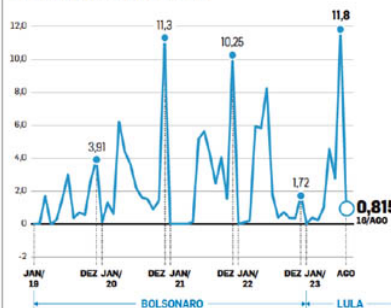
No total, o bolo de julho é composto por R\$ 8,4 bilhões

GOVERNO LULA BATE RECORDE

Foram R\$ 11,8 bilhões em emendas empenhadas no mês de julho de 2023, maior valor do que em qualquer outro mês anterior

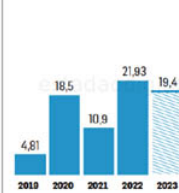
Emendas empenhadas

DE 2019 ATÉ 18/08/2023 - EM BILHÕES DE REAIS



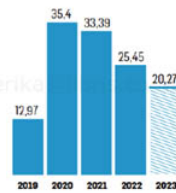
Total até julho

EM BILHÕES DE REAIS



Total do ano

EM BILHÕES DE REAIS



Obs.: Emendas anteriores a 2019. Os valores de emendas mensais e anuais são inferiores ao valor de julho de 2023.

FONTE: SIGA BRASIL. ELABORAÇÃO: ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS/INFORME ESTADÃO

em emendas individuais de deputados e senadores, R\$ 3,3 bilhões de bancadas estaduais e R\$ 124 milhões de comissões da Câmara e do Senado. Esse é o valor reservado e garantido. O pagamento, que é a transferência efetiva na conta dos Estados e municípios, deve ocorrer até o fim do ano.

CARGOS. Os repasses, no entanto, não são suficientes para o governo construir uma base de apoio sólida no Congresso. Os parlamentares exigem cargos e mais ministérios. E ainda dizem que, a cada nova agenda que o Planalto quiser empregar, mais concessões terão de ser feitas. O presidente do União Brasil, deputado Lu-

ciano Bivar (PE), resumiu recentemente como isso vai funcionar: “Voto a voto, projeto a projeto”, disse.

SAÚDE. De todas as emendas de julho, R\$ 4,4 bilhões foram liberados pelo Ministério da Saúde. O governo tenta convencer o Centrão que não é preciso trocar o comando da pasta, antes cobçada pelo PP, para que o dinheiro continue rodando. O repasse deve ir para postos de saúde e hospitais. O critério de municípios beneficiados, no entanto, não é do Sistema Único de Saúde (SUS) nem considera quem mais precisa, mas respeita exclusivamente a escolha dos parlamentares.

“Não faria nenhuma diferença se quem orientasse a programação fosse o Legislativo ou o Executivo, desde que isso estivesse alinhado a critérios socioeconômicos e outros critérios técnicos. Como isso não acontece, os parlamentares indicam conforme o interesse pessoal e político e não guardam relação com o que seria necessário”, disse o secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O Congresso se movimentou para aumentar ainda mais os valores de emendas parlamentares a partir do ano que vem e impor um cronograma obrigatório de pagamentos desses recursos, o que não existe atualmente. Além disso, os parlamentares querem dar um tratamento impositivo para todo e qualquer recurso apadrinhado por deputados e senadores, incluindo aquelas que não são impositivas e as verbas do antigo orçamento secreto – que ficaram sob controle dos ministros.

Essas mudanças devem entrar no relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, em tramitação no Legislativo. Na prática, devem aumentar ainda mais o poder do Congresso sobre o Orçamento da União, sob o risco de diminuir a transparência e o planejamento.

“Cada vez que o Legislativo amplia sua ação sobre o Orçamento, estamos piorando a qualidade do gasto porque deixa de ser um gasto elaborado mais tecnicamente para ser um baseado em critérios políticos”, afirmou Castello Branco. ●

Para Lembrar

Em maio, R\$ 1 bilhão em apenas um dia

● Arcabouço fiscal

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou, no dia 23 de maio, um total de R\$ 1,052 bilhão em emendas parlamentares no dia da votação do arcabouço fiscal. Foi a maior liberação de recursos feita em um único dia deste ano.

A liberação atendeu deputados e senadores e foi feita às custas do Ministério da Saúde, responsável por 99% das autorizações (empenhos, no jargão técnico). ●